

## O COMPADRISMO E O CLIENTELISMO NAS ESCOLAS EM RECIFE DO INÍCIO DO SÉCULO XX ATÉ AO SEU MEADO. Evson Malaquias de Moraes Santos. Universidade Federal de Pernambuco

Esta pesquisa aqui apresentada é fruto de uma parte do capítulo (ampliada e parcialmente modificada) de tese de doutoramento em Sociologia da Cultura na UFPE. Estudamos as significações imaginárias do doméstico (privatista e afetivas) e do clientelismo (relações de dependência e vínculos sociais) nas escolas de Recife numa linha de tempo histórico que vai do final do século XIX até meado do século XX. Novas fontes bibliográficas foram incluídas aqui com o intuito de aprofundá-las.

Há uma vasta literatura sociológica e histórica acerca da cultura clientelista, patriarcal e patrimonial na vida partidária e política brasileira. Autores como Leal (1976), Lewin (1993), Pang (1979), Queiroz (1976), Vilaça (1988), Faoro (1976), Freyre (1996) e Viana (1987) contribuíram, cada um a seu modo, para que fossem entendidos os mecanismos de dominação política em determinados tempos históricos e regiões, os quais utilizava-se de recursos de dependência econômico-patrimonial-afetiva e de parentesco. Pesquisadores, em geral, sociólogos e historiadores, têm apresentado essas significações na política como uma atividade coronelista (Leal, 1976), como um poder local (Romão, 1992) e familiar (Lewin, 1993), ou como manipulações populistas (Weffort, 1989; Iani, 1989).

Algumas pesquisas na área da sociologia e política educacional vêm resgatando direta ou indiretamente, o clientelismo e compadrismo, como poder efetivo no sistema educacional atual (Machado, 1987; Paro, 1996). Mas, essas pesquisas, a maioria absoluta, não tem seu objeto central de pesquisa o clientelismo e compadrismo.

Fugindo um pouco disso, Machado (1987) mostra a força do clientelismo nas escolas do Paraná. Na década de 60, eram práticas comuns afastar diretores, inspetores, demitir funcionários que tivessem sido admitidos por políticos anteriores ao pleito que tivesse sido vitorioso. Normalmente as escolas eram criadas, inauguradas e muito tempo depois entravam em funcionamento. O preenchimento dos cargos e funções ficava a cargo dos políticos locais. As demissões de professores sem titulação eram defendidas com o argumento de não estarem estes preparados para a função, mas este argumento não era sacado contra os diretores, já que esta função era importante, politicamente, por se ter a escola em suas mãos.

Um bom exemplo sobre os estudos das manifestações da cultura política na instituição educacional na atualidade é o de Paro (1995), que apresenta os *problemas* do cotidiano escolar como provenientes do mandonismo. Reconhece-se que o clientelismo e o burocratismo "persistem". Vitor Paro, comentando os processos eletivos em diversas escolas públicas do país, afirma que o clientelismo não deixou de existir e continua influenciando os rumos das escolas. "Em alguns sistemas, continuaram a existir brechas para a penetração da influência do agente político na nomeação do diretor; por outro, as práticas clientelistas passaram a fazer parte também do interior da própria escola, quer no processo de eleição do diretor, quer durante o exercício de seu mandato" (Paro, 1996, p.100).

Em Recife, em nossa pesquisa do Doutorado<sup>1</sup>, uma professora de uma escola pública estadual relatou que um ex-diretor da escola, no final da década de 80, que tinha conhecimento com um Ministro das Minas e Energia, foi nomeado para diretor da escola investigada. "Ele era uma pessoa tão boa, ele era tão bom que não prestava", expunha a professora. Conforme o depoimento da professora, para ele, "sempre o professor tinha razão. Sempre o professor podia, a gente podia fazer curso, a gente podia sair pra fazer um trabalho extra-classe e ele sempre deixava. Quando a gente não tinha ônibus ele arranjava. Ele tinha muitas amizades". Ele fazia passeios para as praias (Gaibu, Ponta de Pedra), sítios com professores e funcionários, no final do ano, nas comemorações do dia do professor. Os passeios eram no dia de Sábado. "Às vezes ele contava o número de pessoas, dava mais do que suportava, ele arranjava outro ônibus [...] ele arranjava um patrocinador, um empresário de alguma firma, aí dava uma quantia "x" em dinheiro aí ele pegava e revertia em ajuda alimentícia". Os comerciantes mandavam caixas de guaraná e achocolatado.

Raymundo Faoro define o Estado brasileiro como patrimonialista. Luiz Antonio Cunha define o privatismo em pôr a administração pública a serviço de interesses privados. Conhecer essas práticas, na instituição educacional e, em seu decorrer histórico, é fundamental para se observar suas bases simbólicas e suas alternâncias para se poder compreender na atualidade essa instituição social. Até porque para existir o poder clientelista é necessário que alguém o reconheça como tal. O coronel, como bem frisou Raymundo Faoro, nos seus *Donos do Poder*, "não manda porque tem riqueza, mas manda porque se lhe reconhece esse poder, num pacto não escrito". Ele expõe que as relações sociais são fundadas em sujeição (tomadas como natural e espontânea), e que a proteção e benevolência são concedidas em trocas de fidelidades.

Tendo em vista essas questões levantadas anteriormente, pesquisamos, nas escolas da cidade de Recife, como essas práticas eram exercidas, a quem beneficiavam e como os pais e alunos se constituíam nessas relações. Considerarmos que essas relações sociais para existirem exigem-se a produção de bens simbólicos<sup>2</sup> que circulam em seu cotidiano. Isso nos ajudaria a entender que mesmo que tenham se instaurado o concurso público e as funções de técnicos (especialistas em Educação), os pesquisadores atualmente reconhecem, ainda, a presença clientelista e o compadrismo norteando as práticas nas escolas. Aqui não trataremos da questão simbólica, apresentaremos apenas, as relações sociais estabelecidas entre os "poderosos" e as significações práticas instituídas no cotidiano escolar entre os membros da comunidade. Isso porque, o compadrismo e clientelismo estão presos ao imaginário hierárquico e de pessoalidade.

Investigamos os livros de *memórias* e *pesquisas educacionais*. Utilizamos, também, as entrevistas feitas pelo pesquisador Geraldo Barroso Filho (1998), com ex-alunos e ex-professores do Ginásio Pernambucano (GP) da década 50/60 do século XX. As literaturas, que serviram para este capítulo,

lidam e identificam diversas escolas públicas e privadas (religiosas ou não), mas boa parte dela refere-se ao GP.

Alguns cuidados foram tomados para o tratamento dessas fontes, pois há de "relacionar texto e contexto: buscar os nexos entre as idéias contidas nos discursos, as formas pelas quais elas se exprimem e o conjunto de determinações extratextuais que presidem a produção, a circulação e o consumo dos discursos" (Cardoso e Vainfas, 1997, p.378): 1. a dimensão ideológica das lembranças desses intelectuais e 2. a sua relação com o tempo histórico correspondente.

Todos os autores dos livros de memórias foram personagens do poder instituído. Assumiram cargos públicos (administrativos ou políticos - R. A. Bello, S. Rabello, Z. M. C. Cavalcanti, W. Oliveira, D. Chacon), participaram do movimento regionalista (G. Freyre, O. Montenegro), eram donos de propriedades rurais (R. A. Bello). As suas publicações de memórias e reflexões de um determinado tempo histórico sobre a educação e sua instituição datam, quase todas, da década de 70 e 80, período do governo militar - com exceção dos textos de G. Freyre e O. Montenegro (particularmente este último, editado em 1943 e reeditado em 1979).

### **Compadrismo e clientelismo: o favor como laço social**

Desde o Império, as relações de compadrio, de favores e as amizades eram também, nas escolas públicas, práticas comuns. Os professores eram postos nas funções por indicação. Quando ocorria um concurso público, o professor já fazia parte do quadro de professores por apadrinhamento e formalizava sua situação funcional. O Estado estava a serviço dos interesses privados, principalmente, "os bem com a vida", filhos de deputados, profissionais liberais, servindo-os na sua formação educacional.

Em janeiro de 1893, na República, o GP transforma-se em Instituto Benjamin Constant<sup>3</sup>. O internato extinguiu-se com a justificativa do Inspetor Geral de Instrução de que os que estudavam lá "eram filhos de agricultores abastados, de cidadãos cujas circunstâncias pecuniárias permitiam perfeitamente educá-los em internatos particulares" (Montenegro, 1979, p.214-5). Em 1866, o relatório da Inspeção do Império lamenta e confirma a crítica dos republicanos, o favorecimento de pensionistas gratuitos no GP a uma pequena elite de políticos, advogados e de fazendeiros. Montenegro expõe: "Não se conformava [João Barbalho] com a excessiva e quase suspeita magnanimidade presidencial autorizando matrícula gratuita a filhos de deputados provinciais, de advogados, de fazendeiros, de senhores de engenho, com prejuízo dos realmente necessitados" (Montenegro, 1979, p.202).

Da mesma forma que as relações de favores existiam entre as autoridades e os professores, ocorriam entre pais e autoridades. No início do século XX eram comum os pais pedirem aprovação de seus filhos. Como nos conta Montenegro (1979), era comum na década de 30, apesar de ter diminuído, a solicitação por carta de empenho dos pais para que seu filho fosse aprovado, mesmo que "não soubesse de nada".

Estudavam em escola no início do século (ele não identifica se particular ou pública), conta Sylvio Rabelo, grupos sociais distintos. Encontrava-se a filha do capitão do Porto, as filhas de boloeiros da Ferro-Carril e de catraieiros do ancoradouro. Se estavam presentes nas escolas alunos de níveis sociais distintos, como conta Rabelo, Ruy Bello (1982), em suas lembranças, registra a distinção social ao notar que ele recebia por parte da escola particular um tratamento diferenciado dos outros alunos. Ele e o irmão tinham uma cadeira separada do restante da classe, "especialmente destinadas 'aos filhos do Dr. Ayres'" (Bello, 1982, p.87).

Ruy Bello, de família tradicional<sup>4</sup>, e que domina politicamente a região, usufrui deste poder familiar e constitui sua formação educacional a partir dessa influência. É um dos exemplos do poder familiar e de compadrismo na sociedade Pernambucana. Na intervenção do Governo do Estado por Agamenon Magalhães, na década de 30, Ruy Bello foi nomeado diretor da Escola Normal, com resistências do corpo de professores. Em 1924, Ruy Bello assume a função de censor de alunos a partir da nomeação feita por seu primo, o então Vice-presidente da República, Estácio Coimbra. Ele faz um comentário sobre seu parentesco com aquele: "Hoje, um primo em primeiro grau de um vice-presidente da República, com a sua interferência, não lograria ser apenas um humilde censor de alunos numa escola situada num lugarejo perdido do interior. Seria, pelo menos, diretor da escola" (Bello, 1982, p.224). Há um ano no cargo, em 1927, ele solicita ao Governador do Estado, Estácio Coimbra, sua transferência para o Recife, pois ele se encontrava em Tamandaré.

As relações de favores (e a sua busca, mesmo se as pessoas não mantivessem proximidades afetivas) na instituição educacional, eram sua alma e coluna vertebral. O poder de "alocar" as professoras nas Cadeiras, no início do século, era do governador. Dulce Chacon, em suas memórias, relata que construiu uma imagem super positiva do Governador Estácio Coimbra, pois os seus grupos políticos/familiares mantinham relações de ameaças e morte e, mesmo assim, o Governador concedeu-a uma Cadeira. Em suas palavras: "Conservo de Estácio uma das mais agradáveis lembranças da minha existência de professora", isto porque, "fui sozinha procurar Dr. Estácio Coimbra no Palácio do Governo, pedir-lhe para ser nomeada na interinidade da professora que regia a Cadeira no. 40 (...) 4ª Entrância, no início do mês de julho de 1928 e no dia 11, o ato da minha nomeação era assinada pelo Dr. Geraldo Guimarães, Secretário da Justiça e Negócios e Interiores". (Chacon, 1979, p. 383)

Nas relações de compadrismo, Cândido Duarte, utiliza-se desse recurso para conseguir um terreno para construir sua escola Pinto Júnior. Conta-nos Waldemar de Oliveira, em seu livro de memória, que no período entre 1940 a 1947, recebeu umas "vintena de cartas" de seu amigo acima citado. Um dos conteúdos da carta era a solicitação de ajuda para a compra de um terreno. Oliveira (1997) registra que "seu sonho", de Cândido Duarte, "agora, é um terreno na rua do Hospício, depois de ter sido, um outro, na rua Coelho Lisboa. Ou, talvez, o sítio do Cesário Nobre. Etelvino, ouvido, acha salgado, o preço.

Prefere na rua do Hospício, autoriza que peça 40 metros por 80, afirmando que o Governo lhe quer dar o terreno ‘de qualquer modo’” (Oliveira, 1997, p.204).

Se por um lado o compadrismo e clientelismo protegiam os seus apadrinhados, por outro lado, podiam perseguir seus adversários. Bello (1978) nos conta que era comum haver perseguições de professores pelos governantes decorrentes de conflitos locais. Ele cita uma passagem de um presidente da província, Doutor Ambrósio Leitão da Cunha, em relatório de 1861: “Em uma das escolas por mim visitadas no interior, achei o professor, em dia e hora de estudo, sem nenhum aluno, informando-me que os seus inimigos políticos, para o desacreditarem, haviam conseguido ser a sua escola abandonada, como eu a via”.

Cavalcanti (1986) mostra que o Setor de Instrução da Secretaria de Justiça no final do século e início do outro, funcionava como uma "central de distribuição" das 434 cadeiras "dispersas por todo o Estado de Pernambuco, mediante os critérios de políticos do coronelismo" (Cavalcanti, 1986, p.4). "Os mesmos critérios, norteavam as nomeações, remoções, promoções e transferências das professoras que iniciavam sua vida profissional"(Cavalcanti, 1986, p.4). As perseguições e vinganças forjavam-se também ali. Segundo um depoimento de uma professora da época, "... o Coronel Leocádio Porto, aluno e amigo do meu querido pai, dizia que se ganhasse a eleição para prefeito de Caruaru, eu voltaria para o grupo Joaquim Nabuco, e sinhazinha ficaria lá, como Diretor. Graças a Deus ele ganhou a eleição e fomos nomeadas conforme prometido" (Cavalcanti, 1986, p.5).

No governo de Sérgio Loreto, uma das formas de acesso aos cargos de professor era a indicação política, passando por cima do processo de concurso. Porto (1977) expõe que o Governador conseguiu com a lei estadual 1.727, de 14 de maio, prover os cargos “SEM CONCURSO”. A Congregação do GP se opôs a tal medida, sendo contrária a indicação de um professor, o Sr. Eládio Ramos, pelo governador. Conta-nos José Porto (1977): “Consultado o Ministério da Justiça – a que estavam afetos os negócios do ensino - a resposta foi categórica: a Congregação estava certa, não se podendo dispensar o concurso”. Mais do que passando por uma lei Federal, o governador garantia regalias com essa lei, pelo Ato 941 de 3 de julho de 1925, ao remunerar professores interinos que receberiam 900 mil réis mensais e iniciariam a lecionar a parti de 1929.

Ulysses Pernambucano, também, vivenciou, caso parecido ao ser classificado em 1º. lugar, na cadeira de Psicologia e Pedagogia na Escola Normal Oficial, mas o candidato que assumiu foi o que se classificou em 2º. lugar. Assim, conta Lêda Sellaro: “apesar da relevância do tema e do 1º. lugar conquistado, ele não foi designado para o cargo, pelo então Governador Manuel Borba, que nomeou o segundo colocado” (Sellaro, 2000, p.243-4).

Nos conflitos políticos, o poder de coerção do Governo era grande, na medida que atuava sobre os aspectos simbólicos de reconhecimento ou banimento dos profissionais do ensino. Stella Breckenfeld,

por exemplo, foi ameaçada de suspensão e de perder a Medalha de Ouro, auferida em Concurso Público, “caso continuasse a levantar a Escola contra o Governo, a ordem constituída” (Chacon, 1979, p. 391).

O poder de coerção não acontecia apenas em relação ao Governo, mas na própria instituição educacional. Gestos de autonomia não eram bem vindos. Chacon (1979) conta-nos que foi suspensa por 2 anos da Escola Normal por ter assinado e solicitado aos alunos que assinassem o abaixo-assinado em favor do “professor Júlio Cezar Tavares nosso paranifo no ano anterior” (Chacon, 1979, p. 481).

Diversos professores do GP, na década de 50/60, entraram nesta instituição através de indicações de políticos ou pelos próprios professores catedráticos do quadro desta instituição. São diversos depoimentos que atestam esses procedimentos.

A ex-professora do GP, Enilda Regina, conta que o "catedrático tinha chegado lá por uma interferência política". Ela própria reconhece que também utilizou o recurso da indicação: "Eu indiquei vários ex-alunos lá da Faculdade para o Ginásio". E complementa a informação após a pergunta do pesquisador sobre o que ela tinha feito: "Reproduzi. Não havia concurso! Mas às vezes a gente sabia de um colega, de um ex-aluno mais interessado, mais estudioso. Havia, então, um certo critério, um certo cuidado em relação ao Ginásio. A indicação recaía naqueles considerados bons alunos na Faculdade e que mostrassem condições de manter uma certa disciplina no Colégio".

A ex-professora Auridéia Cardoso entrou no GP por indicação do professor Amaro Quintas. Ela relata: "Eu tinha 18 anos, estava jogando voleibol, quando Amaro Quintas me perguntou: 'Você quer ensinar no GP?' (...) no mesmo dia que eu cheguei com o bilhete de Amaro Quintas, já me mandaram entrar numa sala de aula, cheia de meninos". A ex-professora do GP, Bernadete Pedrosa, foi admitida por indicação. "Quando o Dr. Aderbal assumiu a Secretaria Estadual de Educação, aceitei seu convite para ensinar na Escola Normal e fui contratada. O ingresso no GP aconteceu da mesma forma, só que era outro professor o Secretário de Educação, Dr. Lourival Vila Nova, de quem fui aluna em Filosofia, a quem substituí no GP e de quem fui Assistente na Faculdade de Direito por vários anos".

Manoel Correia de Andrade conta um episódio em que ele teve que buscar o apoio do primo, Presidente da Assembléia Legislativa de Pernambuco, José Francisco (pai do ex-governador de Pernambuco Joaquim Francisco) para disputar uma vaga de professor no GP, contra Rachel Caldas, já professora da Universidade.

*"E o Secretário da Educação era Aderbal Jurema, que era meu amigo; ele me disse: "olha, você não tem apoio político para disputar o lugar com Rachel!" Aí eu lembrei que o Presidente da Assembléia Legislativa, José Francisco, pai de Joaquim Francisco, era meu primo, primo de 3o grau [...]. Fui ao José Francisco e ele apoiou imediatamente e forçou mesmo a barra [...] Acontece que José Francisco era do PSD e era muito ligado a nós pessoalmente; e, na Zona da Mata, parente é parente.... [...]E eu fui nomeado interino".*

Há ainda, uma brecha enorme aos estudos do clientelismo e compadrismo na instituição educacional. As teias sociais do compadrismo dirigem as práticas educacionais, até hoje, apesar de ter sofrido algumas ressignificações imaginárias e simbólicas. Os vínculos sociais de dependência anti-

democráticas estão bastante sólidas até o momento. Solidez esta que se enraíza nas práticas históricas, como vimos neste estudo. Pais, alunos, professores, direção e governos, construíram (e constroem) laços de dependência social, de favores, ocasionando obstáculos ao aprofundamento democrático na gestão das escolas públicas.

## Bibliografia

- BARROSO FILHO, Geraldo. *Formando individualidades condutoras: o Ginásio Pernambucano dos anos 50*. São Paulo, 1998, 259 p. Tese de Doutorado em História da Educação. Universidade de São Paulo.
- BELLO, Ruy de Ayres. *Memórias de um professor*. Recife: Academia Pernambucana de Letras, 1982.
- BELLO, Ruy de Ayres. *Subsídios para história da educação em Pernambuco*. Recife: Governo do Estado de Pernambuco, Secretaria de Educação, 1978.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *História e análise de textos*. In: *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CAVALCANTI, Zaida Maria Costa. *DEC: a biografia de uma instituição*. Recife: Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco, Departamento de Cultura, 1986.
- CHACON, Dulce. *Medo de criança*. Recife: Editora Universitária, UFPE, 1979.
- FAORO, Raimundo. *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*. Rio de Janeiro: Globo, 1975.
- FREYRE, Gilberto. *Em torno da situação do professor no Brasil*. Recife: Secretaria de Educação, Governo de Pernambuco, 1956.
- FREYRE, GILBERTO. *Sobrados e mocambos*. Rio de Janeiro : Record, 9<sup>a</sup> ed. 1996.
- IANNI, Octávio. *Formação do Estado populista na América Latina*. São Paulo: Ática, 1989.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. 5<sup>a</sup> edição, 1986.
- LEWIN, Linda. *Política e parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar* Rio de Janeiro: Record, 1993.
- MACHADO, Lia Zanotta. *Estado, escola e ideologia*. 2<sup>a</sup> ed., São Paulo: Brasiliense, 1987.
- MONTENEGRO, Olívio. *Memória do Ginásio Pernambucano*. Recife: Assembléia Legislativa de Pernambuco, 1979.
- OLIVEIRA, Waldemar de. *Mundo submerso*. 2. vol. Editora de Pernambuco: Recife, 1974.
- PANG, Eul-soo. *Coronelismo e oligarquias 1989-1945*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1979.
- PARO, Vitor Henrique. *Por dentro da escola pública*. São Paulo: Xamã, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Eleição de diretores: a escola pública experimenta a democracia*. São Paulo: Papirus, 1996.
- PORTO, José Costa. *Os tempos de Estácio Coimbra*. Recife: Editora Universitária (UFPE), 1977.
- QUEIROZ, Maria Isaura P. de. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.
- RABELO, Sylvio. *Tempo ao tempo: memórias e depoimentos*. Rio de Janeiro: civilização Brasileira; MEC: Brasília, 1979.
- ROMÃO, José Eustáquio (1992). *Poder Local e Educação*. Campinas: Cortez Editora, 1992.
- SANTOS, Evson Malaquias de Moraes. *A Cultura doméstico-clientelista na escola pública*. A 'alegria' de ser sensual, autoritário e hierarquizado. Recife, 2002. Tese de Doutorado em Sociologia, Doutorado em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco.
- SELLARO, Leda Rejane Accioly. *Educação e modernidade em Pernambuco – inovações no ensino público (1920/1937)*. Recife, 2000. Tese de Doutorado em História, Doutorado em História, Universidade Federal de Pernambuco.
- VIANNA, Oliveira. *Instituições políticas brasileiras*. vol. 1 e 2 Rio de Janeiro: Editora Itatiaia, 1987.
- VILAÇA e ALBUQUERQUE. *Coronel e coronéis*. 3. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1988.
- WEFFORT, Francisco. *Populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

<sup>1</sup> A cultura doméstico-clientelista na escola pública. A “alegria” de ser sensual, autoritário e hierarquizado.

<sup>2</sup> Não há sociedade sem que se recorra a símbolos de status e de poder. Numa sociedade patrimonialista (hierarquizada e masculina), determinados bens e estruturas são importantes para a construção do social. Na instituição educacional era o anel e o pedestal. Essa influência, a do anel, veio da Índia Oriental e da China no momento dos contatos dos portugueses colonizadores com esses povos, lembra Freyre (1956). O anel de bacharel, sempre a vista de todos, era um recurso que se utilizava nas salas de aula para vanglória intelectual, principalmente para aqueles que transformavam a sala de aula num palco de oratória. "O seu anel de chuva, expõe Montenegro sobre Osvaldo Machado, símbolo de Bacharel, não o punha senão no dedo régio, do indicador. E nos momentos de mais vibrante gesticulação, era êle ainda como uma virtude da sua oratória" (Montenegro, 1979, p.234). Segundo Freyre (1956) é brasileiro o uso de anel com rubis, esmeraldas e safiras que identificam o graduado de escolas superiores. Sylvio Rabelo, no início do século, quando em seus estudos no GP, observa que os professores "davam aulas trepados em tribunas, e falavam de coisas que não entendíamos". Ainda na década de 50 as aulas eram ministradas sob o pedestal. O ex-aluno do GP, Antonio Avertano, conta que, naquele período, "o professor subia no pedestal - ele tinha um pedestal, todos eles, nenhum professor dava aula fora do pedestal - ele ficava em cima, nós ficávamos embaixo. Isso aí era muito importante para manter a disciplina, principalmente de crianças entre 12 e 13 anos".

<sup>3</sup> Em 1899, retorna, novamente, o nome desta instituição para Ginásio Pernambucano.

<sup>4</sup> O seu pai e todos seus irmãos nasceram no engenho Tentugal. O seu tio, Júlio Bello, para Ruy Bello era um homem afetuoso com o homem de cor. Como um bom patriarca da Casa Grande expõe: " Nunca me cansarei de louvar e exaltar, os bons sentimentos de afeto do negro e seus mestiços, agregados às nossas casas grandes (...) até hoje, passados tantos anos, nunca sofri nada de nenhum deles, a menor injúria o menor desrespeito". Segundo Ruy Bello, a sua tia-avó, "era uma mulher muito mansa, muito religiosa, amiga de todo mundo, menos, inexplicavelmente, da Princesa Isabel, pelo fato de haver ela acabado com a escravidão no Brasil. O seu tio materno era senhor de engenho e político como seu avô. O seu primo, Estácio Coimbra, era também senhor de Engenho. Em 1900 Estácio Coimbra é eleito para a Câmara Federal. Em 1926 é eleito Governador de Pernambuco, sucedendo a Sérgio Loreto (Ruy Bello, 1982).